

O missal romano – a missa

Passar do livro à ação litúrgica e à vida.

EDMAR PERON

“A leitura dos livros litúrgicos não paralisa a vida litúrgica. Ao contrário, garante-lhe o progresso e a faz adiantar-se em caminho seguro” (A. Nocent)¹.

Depois de vários anos de incansável dedicação da CETEL – Comissão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil encarregada da tradução dos textos litúrgicos –, aproximase a publicação do Missal Romano, de acordo com a 3ª edição típica, promulgada por São João Paulo II, no ano 2002. É louvável o empenho dessa Comissão para garantir uma profunda fidelidade ao texto latino. Porém, não basta que o livro das orações e ritos da celebração eucarística, isto é, o Missal Romano, seja editado segundo os padrões requeridos para um livro litúrgico – dignidade e beleza (OLM 35) – e seja colocado nas mãos das comunidades. É necessário um contínuo esforço, já assumido por muitas lideranças, para passar do livro à celebração. Isso diz respeito ao modo de usar o livro, à arte da celebração (*ars celebrandi*), a fim de favorecer a participação ativa dos fiéis e, igualmente, a comunhão eclesial.

Missal Romano: dois Concílios, dois Papas

Muitos foram os livros litúrgicos editados antes do Concílio de Trento (1545-1563) e que alimentaram a fé da Igreja. Mas esse Concílio percebeu que era preciso rever o missal, tarefa que foi confiada ao Papa Pio IV e concluída sob o pontificado do Papa Pio V. Por isso a esse livro se costumou chamar: missal de São Pio V. A consulta a manuscritos litúrgicos, segundo as possibilidades da época, deu ao papa condições para afirmar que a revisão daquele missal seguiu “a forma primitiva dos santos padres”. “Naqueles tempos, verdadeiramente difíceis, em que a fé católica corria perigo [...] era necessário que S. Pio V conservasse uma tradição mais recente [...]



introduzindo o mínimo de modificações nos ritos sagrados” (IGMR 7). Esse missal, na prática, com poucas variações, assumiu o missal de 1474, que reproduzia os costumes da cúria romana. Continha todos os textos necessários

para a missa: as leituras, as orações e os cantos. Incluiu, porém, um conjunto de rubricas gerais e o rito a ser seguido na celebração da missa. Desse modo ficava assegurada a uniformidade do rito e se combatia a maioria dos muitos abusos de então. Pela primeira vez na história da Liturgia se conseguiu que toda a Igreja de rito romano assumisse um único missal.

Passados 400 anos, outro Concílio confiava ao Papa a revisão e edição do missal, incumbência que foi recebida, do Concílio Vaticano II (1962-1965), por Paulo VI. A revisão deveria, principalmente, “facilitar a participação piedosa e ativa dos fiéis” e observar “a antiga tradição dos Padres” (SC 50). Para seguir a regra da Tradição, pôde-se, então, contar com um conhecimento amplo das tradições dos primeiros séculos, pois tinham sido descobertos muitos documentos litúrgicos antigos, bem como havia ocorrido um grande progresso nos estudos patrísticos (IGMR 8). Desse modo, percebeu-se que para assumir a “norma dos santos padres” era preciso incluir o que recebemos da Tradição mais recente e ir além, valorizando “todo o passado da Igreja e todas as manifestações de fé, em formas tão variadas de cultura humana e civil como as semitas, gregas e latinas. Esta visão mais ampla nos permite perceber como o Espírito Santo concede ao povo de Deus uma admirável fidelidade na conservação do imutável depósito da fé, apesar da enorme variedade de orações e ritos” (IGMR 9).

O missal de Paulo VI, como se tornou co-

nhecido, assumiu de forma particular o que se pediu para a totalidade da reforma litúrgica, conforme SC 23: “Para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca de cada uma das partes da Liturgia que devem ser revistas”.

Enfim, com a retomada do sentido comunitário e participativo da celebração da missa – na qual o ministro ordenado que a preside não assume mais todos os ministérios –, Paulo VI publicou, sob o título de Missal Romano, três livros: o Lecionário (livro das leituras), o Missal (livro das orações) e o Gradual (livro dos cantos). Habitualmente, porém, chamamos de missal apenas o livro das orações da missa.

O Missal e o Lecionário

Desde Pentecostes, a Igreja tem celebrado o mistério pascal de Cristo, reunindo-se em assembleia para ler as Escrituras e para realizar a obra da salvação, celebrando o memorial de seu Senhor e os outros Sacramentos (SC 6). Desse modo, a celebração eucarística une a Palavra de Deus e o mistério eucarístico. Nela, Liturgia da Palavra e Liturgia Eucarística aparecem “tão intimamente unidas entre si, que constituem um só ato de culto” (IGMR 28). E o Povo de Deus é alimentado, recebendo o único Pão da Vida, Jesus Cristo, tomado dessas duas mesas: o Ambão e o Altar.

A partir dessa compreensão, pode-se afirmar a importância que a Igreja dá ao Lecionário – o livro da Palavra, especialmente o Evangeliário, ao qual se presta especial veneração (IGMR 60 e 133) – e ao Missal. A primazia, contudo, pertence ao Livro da Palavra, sem com isso menosprezar o Missal, que é o Livro do Altar ou das orações. Ambos são importantíssimos instrumentos pastorais para fomentar a participação ativa, consciente e frutuosa dos fiéis, fonte primeira e necessária da espiritualidade cristã, conforme a intenção do Concílio, manifestada de modo especial na *Sacrosanctum Concilium*, n. 14.

Além disso, Goffredo Boselli² afirma que foi a própria ação litúrgica que instaurou ao longo da história milenar da Igreja “uma relação essencial entre missal e Escrituras”. O Lecionário “contém” a Palavra de Deus (DV 24) e o missal, por sua vez, “contém” o fruto da meditação eclesial dessa Palavra. Ela foi sendo “ruminada” pela *lectio divina* (a leitura orante) e se tornou oração. O missal é, portanto, fruto do que a Igreja fez ao longo de

sua história: tomou nas mãos as Escrituras, leu-as e as meditou, e, meditando-as, transformou-as em oração (leitura, meditação, oração). “Se desde o início não tivesse havido por parte da Igreja a escuta da Palavra de Deus contida nas escrituras, hoje nós não teríamos entre as mãos o missal”.

A relação fundamental entre Escritura e Missal levou Boselli, no livro já citado, a afirmar que “a liturgia é o crisol e o seio da Bíblia” e que o missal, por sua vez, nada mais é do que “o fruto maduro da escuta eclesial das Escrituras”. Por esse motivo, os cristãos – incluídos os pastores, os exegetas e os liturgistas – têm em uma das mãos a Bíblia e na outra o Missal. “Jamais Bíblia sem missal e jamais missal sem Bíblia” (p. 134).

Finalmente, podem ser tomados dois exemplos desse longo caminhar da Igreja, passando da leitura à meditação da Palavra e chegando à oração: o primeiro, retirado do Prefácio do 1º Domingo: “Jejuando quarenta dias no deserto, Jesus consagrou a observância quaresmal. Desarmando as ciladas do antigo inimigo, ensinou-nos a vencer o fermento da maldade. Celebrando agora o mistério pascal, nós nos preparamos para a Páscoa definitiva”; o segundo, do Prefácio da Exaltação da Santa Cruz: “Pusestes no lenho da Cruz a salvação da humanidade, para que a vida ressurgisse de onde a morte viera. E o que vencera na árvore do paraíso, na árvore da Cruz fosse vencido”.

Missal, o Livro da *lex orandi*

Após o Sínodo dos Bispos sobre a Eucaristia, Bento XVI reafirmou a “relação intrínseca entre fé eucarística e celebração”, ratificando “a ligação entre a norma da oração (*lex orandi*) e a norma de fé (*lex credendi*) e sublinhando o primado da *ação litúrgica*”. Ao concluir, o Papa afirma que, com efeito, “a fonte da nossa fé e da liturgia eucarística é o mesmo acontecimento: a doação que Cristo fez de si próprio no mistério pascal” (SCa 34)³.

Tal reflexão sobre a relação entre a ação litúrgica e a fé eclesial remonta a Próspero⁴ – leigo, nascido em Aquitânia, no final do século IV, admirador fiel de Santo Agostinho e chanceler do Papa Leão Magno: “Os mistérios das orações sacerdotais, ensinados pelos apóstolos são celebrados no mundo inteiro e em toda a Igreja Católica, para que a lei da oração estabeleça a lei da fé”.

E, para isso, busca-se o missal! À luz do princípio de Próspero, partindo de um estudo

atento dos ritos e das orações do missal – “*per ritus et preces*” (SC 48) –, pode-se chegar a uma compreensão sempre mais profunda da fé. Após o encerramento do Concílio houve uma expectativa positiva em relação à promulgação e edição do novo missal, superior às fortes e agressivas oposições. Essa boa expectativa se justificava por ser ele um livro de especial valor para regular e nutrir a celebração do sacramento da nossa fé (SC 48-49). E, principalmente, pela sua importância para garantir a unidade eclesial no culto e na fé, ou seja, para harmonizar a norma da oração (*lex orandi*) e a norma da fé (*lex credendi*).

Essa visão pode ser encontrada na Instrução Geral do Missal Romano. Editada com o novo missal, ela torna possível analisar e entender a estrutura e os elementos da atual celebração eucarística (n. 21): “no novo Missal, a regra da oração da Igreja corresponde à regra perene da fé, que nos ensina a identidade, exceto quanto ao modo de oferecer, entre o sacrifício da cruz e sua renovação sacramental na Missa, que o Cristo Senhor instituiu na última Ceia e mandou os Apóstolos fazerem em sua memória” (n. 2).

Passar do livro à ação ritual, do missal à missa

É importante recordar, por sua atualidade, o que escreveu São João Paulo II, na comemoração dos 25 anos da *Sacrosanctum Concilium*: “A Liturgia da Igreja é algo que vai muito além da reforma litúrgica. Não nos encontramos na mesma situação que se vivia em 1963; há já uma geração de sacerdotes e de fiéis que não chegaram a conhecer os livros litúrgicos anteriores à reforma; e é ela que hoje assume a responsabilidade na Igreja e na sociedade. Por conseguinte, não se pode continuar a falar de *mudança*, como na altura da publicação do documento, mas sim de *aprofundamento* cada vez mais intenso na Liturgia da Igreja, *celebrada segundo os livros atuais e vivida, antes de tudo, como um acontecimento de ordem espiritual*” (VQA 14 – grifos nossos)⁵. Notemos: a questão mais importante não está em afirmar a “reforma litúrgica”, mas sim no constante e necessário “aprofundamento” para que a Liturgia – especificamente a Celebração Eucarística –, celebrada de acordo com os livros atuais, seja vivida como acontecimento espiritual, fonte primeira de nossa vida espiritual.

A essa “tarefa” dedicaram-se muitos estudiosos, progredindo no “aprofundamento”

da liturgia, celebrando-o segundo os novos livros litúrgicos e fazendo dela uma fonte da qual jorram a graça e a vida espiritual para todo o Povo de Deus, pastores e fiéis. Sem desvalorizar a muitos homens e mulheres, pode-se, pela brevidade do artigo, recordar apenas alguns, o que faremos a seguir.

Ione Buyst. Missionária belga, Ione mergulhou de cabeça na vida do nosso povo brasileiro e no sentido da liturgia e, dessa experiência, resultou sua admirável teologia litúrgica inculturada. Ela afirma ser necessário cultivar um novo olhar sobre a celebração eucarística, “buscando uma compreensão renovada e, sobretudo, uma prática celebrativa e uma vivência espiritual renovadas. O ponto de partida será aquilo que nós fazemos na missa: a ação, o rito, o corpo se expressando dentro do contexto da vida diária, da vida pessoal e social”⁶. Com ela, estão unidas muitas outras mulheres, especialmente as participantes dos núcleos da REDE CELEBRA.

Goffredo Boselli. É monge de Bose, Itália, e doutor em liturgia. Para ele, o Missal é livro da oração da Igreja, a regra da oração. Ele é “o modelo, o critério, a norma da oração cristã. É como se, através do missal, a Igreja dissesse a cada cristão: ‘Toma, lê: esse é o cânone da tua oração’. O missal é matriz da oração cristã, no sentido de ‘mãe’. [...] O missal ensina a gramática da oração: o que é a oração do cristão, a quem dirigir a oração, como ela se formula, o que pedir” (pp. 136-137).

Estão em harmonia com essa parte do artigo dois outros presbíteros.

Wolfgang Czernin, nascido na atual República Checa, monge beneditino, ordenado presbítero em 1910, chegou ao Brasil em 1948, em Uberaba (MG), para auxiliar na fundação do mosteiro Nossa Senhora da Glória. O que tinha de especial a vida e missão desse presbítero? Algo tão simples e, simultaneamente, tão profundo. Antes da missa, ele reunia as monjas e explicava-lhes o mistério que iriam celebrar e o significado da antífona para a comunhão que cantariam, alternando com algum salmo⁷. Seu trabalho consistia apenas em explicar o sentido da “antífona da comunhão, segundo a missa (...). Porque a comunhão não é uma prática de devoção particular, como infelizmente pensam muitos religiosos e leigos”. E porque se cantava a antífona da comunhão alternando com trechos dos salmos, era preciso “dar alguns pensamentos para as religiosas salmodiarem não apenas com a voz, mas acima de tudo com a mente” (Prólogo à edição original, 1938). Ele

seguia o missal e o calendário litúrgico tridentinos à luz do Movimento Litúrgico.

É bom recordar também um presbítero que celebrou a liturgia com os dois livros de oração, o Missal de Pio V e o missal de Paulo VI: *Cornelio Urtasun* (1917-1999). Esse presbítero da Diocese de Pamplona, Espanha, sempre acolheu as orações do missal como verdadeira escola de espiritualidade da Igreja⁸. Sua obra é um comentário pastoral e mistagógico, que tinha por interesse revelar o “tesouro escondido” nas orações da Liturgia. Ele, durante seu ministério, cultivou uma certeza: as orações do missal expressam a Palavra de Deus de maneira orante. Amava meditar a Palavra de Deus através das orações do Missal Romano, primeiramente aquele de São Pio V e, depois do Concílio Vaticano II, aquele de São Paulo VI. Como testemunha na apresentação de seu livro, desde 1950, procurou fazer a homilia diariamente, dando lugar importante às orações do missal.

Como pensamento conclusivo, apareceria, na *Sacramentum Caritatis*, n. 64, a intuição do Papa Bento XVI. No documento, ele afirmou a necessidade de “corresponder pessoalmente ao mistério que é celebrado”, pelo oferecimento da própria vida em união com a entrega de Cristo, vivendo de modo pessoal o que se celebra. Isso requer, enfatiza o Papa, “uma profunda concordância das disposições interiores com os gestos e palavras; se ela faltasse, as nossas celebrações, por muito animadas que fossem, arriscar-se-iam a cair no ritualismo”. Para que essa participação seja alcançada, “os padres sinodais indicaram unanimemente a estrada de uma catequese de carácter mistagógico, que leve os fiéis a penetrarem cada vez mais nos mistérios que são celebrados”. Expressão concreta dessa catequese mistagógica se dá pelo modo de celebrar a Eucaristia, pois a própria celebração se tornará a sua “melhor catequese”. De fato, “por sua natureza a liturgia possui uma eficácia pedagógica própria para introduzir os fiéis no conhecimento do mistério celebrado”.

Esse caminho de iniciação inclui necessariamente uma catequese litúrgica mistagógica, capaz de: (a) interpretar os ritos à luz dos acontecimentos salvíficos, em conformidade com a tradição viva da Igreja; (b) despertar e educar a sensibilidade dos fiéis para a linguagem dos sinais e dos gestos que, unidos à palavra, constituem o rito. Tal formação da sensibilidade deve ser feita introduzindo, no sentido desses gestos, sinais e palavras; e (c) mostrar o significado dos ritos para a vida

cristã em todas as suas dimensões: trabalho e compromisso, pensamentos e afetos, atividade e repouso.

Como se pode perceber, o missal e os livros litúrgicos, de fato, não paralisam a Liturgia, mas, ao contrário, a fazem progredir por um caminho seguro, às vezes a passos largos, outras vezes muito lentamente, mas sempre progredindo.

Que o novo missal, promulgado por São Paulo VI, com adaptações introduzidas por São João Paulo II, e agora traduzido pela CETEL com fidelidade, “embora deixando lugar para ‘legítimas variações e adaptações’ (SC 38-40), segundo as normas do Concílio Vaticano II, seja recebido pelos fiéis como um meio de testemunhar e afirmar a unidade de todos, pois, entre tamanha diversidade de línguas, uma só e mesma oração, mais fragrante que o incenso, subirá ao Pai celeste por nosso Sumo Sacerdote Jesus Cristo, no Espírito Santo”⁹.

Edmar Peron, bispo de Paranaguá, PR,
presidente da comissão Episcopal Pastoral para a
Liturgia, CNBB.

¹ MARSILI, Salvatore (org.). *Panorama histórico geral da Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 160. (ANÁMNESIS, 2).

² BOSELLI, Goffredo. *O Sentido espiritual da Liturgia*. Brasília: Edições CNBB, 2014, pp. 131-134. (Vida e Liturgia da Igreja, 1)

³ BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*: exortação apostólica pós-sinodal sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja (22 de fevereiro de 2007).

⁴ PRÓSPERO DE AQUITÂNIA. *O chamamento de todos os povos*. In: CORDEIRO, José de Leão (org.). *Antologia Litúrgica: textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima (Portugal): Secretariado Nacional de Liturgia, 2003, n. 4262.

⁵ JOÃO PAULO II. *Vicesimus quintus annus*: carta apostólica no XXV aniversário da Constituição Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia (04 de dezembro de 1988).

⁶ BUYST, Ione. *A missa: memória de Jesus no coração da vida*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 23. (Equipe de Liturgia, 4).

⁷ CZERNIN, Wolfgang, OSB. *Um só Corpo, um mesmo Pão: meditações sobre as antífonas para a comunhão*. Uberaba: Vitória Editora e Gráfica, 2008.

⁸ URTASUN, Cornelio. *Las oraciones del misal: escuela de espiritualidad de la Iglesia*. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 1995. (Biblioteca Litúrgica, 5). No ano seguinte à sua morte, ocorrida na Quinta-feira Santa de 1999, foi editado seu último trabalho: *Cuaresma y Pascua en las oraciones feriales*. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 2000. (Biblioteca Litúrgica, 13).

⁹ PAULO VI. *Missale Romanum*: constituição apostólica pela qual se promulga o missal romano restaurado segundo decreto do concílio ecumênico Vaticano II (03 de abril de 1969), *Conclusão*.